



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

**REQUERIMENTO Nº DE - CCT**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLP 207/2023, que “dispõe sobre Finanças Abertas e dá outras providências”.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante Banco Central do Brasil;
- representante Ministério da Fazenda;
- representante Autoridade Nacional de Proteção de Dados;
- representante Secretaria Nacional do Consumidor;
- representante Conselho Administrativo de Defesa Econômica;
- representante Comissão de Valores Mobiliários;
- representante Superintendência de Seguros Privados;
- representante Federação Brasileira de Bancos;
- representante Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
- representante Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

**JUSTIFICAÇÃO**

O PLP 207/2023 busca instituir um marco legal para o Open Finance no Brasil. Segundo o Banco Central, cerca de 40 milhões de brasileiros já consentiram com o compartilhamento de seus dados pessoais e financeiros nesse ecossistema,



cuja implementação objetiva ampliar a concorrência e qualificar a oferta de serviços financeiros no país.

O projeto propõe uma reconfiguração da governança do Open Finance, atualmente concentrada em entidades representativas do setor financeiro, sob supervisão do Banco Central. O texto em análise no Senado amplia esse arranjo institucional, incluindo na estrutura de governança órgãos públicos com competências fundamentais para assegurar a proteção de dados, a defesa da concorrência e os direitos dos consumidores — como a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon).

Dada a transversalidade e o potencial impacto do Open Finance sobre diversos segmentos do mercado financeiro, é essencial que a audiência pública conte também com representantes de outras instituições reguladoras e autorreguladoras, cujas atribuições dialogam diretamente com o escopo do projeto. Nesse sentido, propõe-se a inclusão:

- da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e da Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg), considerando os desdobramentos do Open Insurance e a crescente integração entre os setores bancário e securitário;
- da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), em razão da participação crescente de produtos de investimento no ecossistema digital e da importância de assegurar harmonização regulatória entre os diferentes mercados.

A proposta legislativa representa uma oportunidade de conferir maior segurança jurídica à arquitetura institucional do Open Finance, superando fragilidades hoje presentes na regulamentação exclusivamente infralegal. Considerando os riscos inerentes ao tratamento massivo de dados pessoais



sensíveis — como vazamentos, usos não autorizados e ataques cibernéticos — e o impacto sobre a concorrência e a experiência do consumidor, é fundamental promover um debate qualificado e plural sobre o projeto.

A audiência pública proposta visa, portanto, aprofundar a análise da matéria, ouvir representantes do governo, do setor regulado e da sociedade civil, e subsidiar o aperfeiçoamento do texto legislativo, com foco na promoção da cidadania financeira, da inovação responsável e da proteção do interesse público.

Sala da Comissão, 9 de julho de 2025.

**Senador Alessandro Vieira**  
**(MDB - SE)**

